

# RELIGIÃO, PODER E SUAS REPRESENTAÇÕES NO MUNDO ROMANO

Cláudio Umpierre Carlan<sup>1</sup>  
Barbara Rogatto<sup>2</sup>

**RESUMO:** o artigo começa com uma apresentação da numismática como um documento alternativo, analisando as questões religiosas relativas ao mundo romano. Enfatiza-se nessa discussão, a importância do uso de uma variedade de fontes: iconográficas, arqueológicas. Usando como fonte iconográfica a coleção numismática do acervo do Museu Histórico Nacional / RJ, importante acervo arqueológico brasileiro, ainda pouco estudado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Moeda. Poder. Roma. Império. Religião.

# RELIGION, POWER AND ITS REPRESENTATIONS IN THE ROMAN WORLD

**ABSTRACT:** the article begins with a presentation of numismatics as an alternative document, analyzing religious issues relating to the Roman world. This discussion emphasizes the importance of using a variety of sources: iconographic and archaeological. Using as an iconographic source the numismatic collection from the National Historical Museum / RJ, an important Brazilian archaeological collection, still little studied.

**KEYWORDS:** Coin. Power. Rome. Empire. Religion.

---

<sup>1</sup> Professor Associado de História Antiga da Universidade Federal de Alfenas.

<sup>2</sup> Mestranda em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas.

## **INTRODUÇÃO**

Argumentos: “Todos os caminhos levam a Roma”, segundo o teólogo Alain de Lille, no século XII era uma expressão utilizadas pelos próprios romanos para denominar que todas as rotas conduziam a cidade de Roma, que graças ao seu exército se expandiu conquistando tanto a Península Itálica quanto outros territórios e possíveis pontos comerciais como Cartago, a Península Ibérica, Ásia Menor, Egito e Gália. No bojo da extensão geográfica do império houve, também, a dispersão da religião cristã, uma crença paralela à oficial, politeísta, principalmente nos primeiros séculos (FUNARI, 2018, p.86).

Depois da grande perseguição do século III, encerrada no ano de 260, o cristianismo passa a gozar de uma paz externa de aproximadamente quarenta anos, da qual tirou grande proveito.

Essa suposta tranquilidade vai acabar durante o governo de Diocleciano, que organizaria a última grande perseguição. Uma mudança brusca, acerca da qual a maioria dos historiadores tem sua explicação pessoal. Mas, como não é o nosso objetivo discutir as várias correntes que analisaram este período, ficaremos com a tradição cristã, segundo a qual Diocleciano cedeu às insistências de seu genro e César, Galério (LACTÂNCIO, 1954, p. 32).

Através dos relatos de Lactâncio, podemos dividir essa perseguição em três etapas: depuração no palácio, no exército e nas funções administrativas; e, finalmente, afastamento de todos os funcionários graduados que se recusavam a praticar o sacrifício aos deuses. Pois a meta da tetrarquia era um retorno aos bons tempos do Principado, a começar pelo culto religioso. Depois vieram os editos. Quatro deles sucederam-se, no decorrer do ano de 303 e no início de 304, cada um assinalando, em relação ao precedente, um agravamento. E, por último, a atribuição aos cristãos do incêndio do palácio imperial de Nicomédia, por ocasião de uma estada na cidade de Diocleciano

e Galério. Como acontecera meio século antes, todos os cidadãos do império foram obrigados a realizar os sacrifícios, sob pena de condenações à morte na fogueira.

## **O CRISTIANISMO E O IMPÉRIO**

No início do século II, as províncias romanas do Ponto e Bitínia, onde hoje é o território atual da Turquia, houve denúncias para o então governador, Plínio, o Jovem (61-143 d.C.), a respeito de um grupo religioso que estava conquistando seguidores, mas que eram, até aquele momento, pouco conhecidos pelas autoridades romanas. Logo, então, o governador denunciou o movimento religioso ao imperador Trajano por meio de epístolas enviadas, provavelmente, entre os anos de 98 e 113 d.C. Este, por sua vez, seria o primeiro documento da tradição romana a citar os cristãos (NOGUEIRA, 2020, p.9; FUNARI; MEEKS, p. 2015.)

O conteúdo destas epístolas já demonstra, por parte das elite do império, certa preocupação em relação ao cristianismo, uma vez que este prejudicava os cultos romanos e também porque captava, congregava pessoas de “todos os sexos” (Nogueira, 2020, p.10). Plínio sugere que as informações a respeito da prática daqueles religiosos foram obtidas, também, a partir de tortura pelos iniciantes das práticas, onde temos como fontes escravas denominadas *ministrae* (NOGUEIRA, 2022, p.11), segundo relato direto da sua epístola, apesar de sua sinuosidade com os cristãos ele pedia a liberdade a eles:

“deve perdoar se o arrependido ou se o verdadeiro cristão em nada muda ao desdizer-se, se deve puni-se os cristãos enquanto tal, mesmo sem delito, ou se segundo os delitos desta denominação” (Epístola X, 96, Apud FUNARI, 2003, p. 91).

Como já citado, a resposta do imperador à indagação de Plínio foi de que: “Não devem ser perseguidos, mas se forem denunciados e perseverarem, devem ser punidos” (*Idem*), ou seja, Trajano não oficializa uma perseguição sistemática aos cristãos, mas tampouco demonstra desconhecer o incipiente movimento religioso cristão.

A ação do cristianismo primitivo, apesar de sua citação oficial acontecer apenas no século II d.C, já havia sido colocada em ação através do movimento de Jesus de Nazaré, no século I d.C, na região da Galileia. Aos poucos, os ensinamentos cristãos foram percorrendo as regiões do Império, sobre territórios que já possuíam suas próprias organizações sociais e religiosas. O cristianismo também foi aderido pela população mais baixa, popular do Império Romano.

Em geral, discute-se os motivos que teriam levado à propagação do cristianismo no mundo mediterrâneo. De acordo com Eduardo Hoornaert, a mensagem propagada pelos cristãos do século II, e a respectiva conquista de seguidores, estaria diretamente ligada ao conceito de cidadania. Na medida em que a cidadania, nos primeiros séculos, era para poucas pessoas, e nem todos os habitantes do Império Romano eram reconhecidos como cidadãos, o cristianismo oferecia à população a oportunidade de fazer parte de uma rede de contatos e apoio mútuo (HOORNAERT, 2016, p.40) o cristianismo foi ganhando força, mas seu triunfo total está ligado a:

“Mesmo se tratando de um grupo religioso composto, em sua grande maioria, de gente simples, iletrada, subalterna, os cristãos se compunham de uma diversidade de forma de organizações”.  
(Nogueira, 2019, p.13.)

É impossível, por sua vez, estudar o cristianismo primitivo e não pensar na sua relação com o judaísmo: de fato, há uma proximidade explícita entre ambos os grupos religiosos.

Acredita-se que todo esse movimento cristão tenha criado mais força após a grande pentecoste. Para Paulo Augusto de Souza Nogueira a morte de Jesus foi denominado *crisologia*, a busca por compreender quem foi Jesus de Nazaré e o que ele significa a seus seguidores” (NOGUEIRA, 2022, p.21), onde os apóstolos foram além de parceiros de Jesus foram distribuidores da Boa Nova , formando comunidades que “de uma forma ou de outra, se entendiam como parte de um todo , de uma oikoumene” (p. 17); onde apresentaram suas particularidades, memórias e devoção a Cristo, tendo como exemplo a comunidade em Jerusalém, que após a perda de seu líder os discípulos decidem permanecer na cidade, segundo Atos dos Apóstolos que “é uma obra surpreende, que nos oferece a primeira narrativa coesa, unificada e articulada das origens do cristianismo até a década de 60” (p. 66).

Nesse sentido, o estudo sobre as comunidades cristãs posteriores a Jesus pode ser realizado por meio de livros como o Atos dos Apóstolos (apesar de seu teor heroico e inspirado nas novelas gregas), mas também as epístolas paulinas (autorais ou não) e textos apócrifos.

## **A ÚLTIMA PERSEGUIÇÃO**

A tradição cristã considera essa perseguição como mais violenta e cruel do que as anteriores. Dodds, na sua obra *Paganos y Cristianos en una Epoca Augustia* (DODDS, 1975, p. 55), não concorda com esta opinião. Para ele, tanto a brutalidade quanto a duração dependiam muito da região do império a que estivermos nos referindo. Na parte de Constâncio Cloro, Gália e Bretanha, as pessoas foram poupadas e os bens só foram atingidos

no mínimo exigido pelo respeito para com a autoridade do Augusto mais importante; ocorreram também casos em que os magistrados obrigavam os cristãos, amarrados a cavalos, a entrarem nos templos e fazerem o juramento, para logo depois libertá-los (DODDS, 1975, p. 59). No resto do Ocidente a perseguição foi violenta, mas breve, porque Maximiano, o outro Augusto, abdicou em 305, juntamente com Diocleciano, pois existia um acordo entre os tetrarcas de que, após vinte anos de governo, ambos se afastariam de suas funções. Mas, no Oriente irá se prolongar até a vitória de Constantino sobre Licínio, em 324. Entre os anos de 313 a 320, porém, ficou interrompida.

Essas variações da política religiosa foram dirigidas ao mesmo tempo pela paixão e pelo cálculo, que se refletem nas diversas moedas, demonstrando que a atuação do cristianismo era sentida e passava a ser incorporada, durante esse longo período. O lábaro cristão de Constantino aparece tanto nas moedas de seu filho e sucessor, Constâncio II, como na de outros imperadores, como Joviano e Valentiniano I, acompanhadas da legenda, contida no reverso, FEL TEMP REPARATIO, retorno aos tempos felizes. O ressurgimento da grandeza romana através do baluarte cristão.



Denominação: AE centennialis  
Ano / Local: cunhada entre os anos de 348 - 350 em Roma  
Anverso: DN CO(NSTAN)TIVS PF AVG  
Reverso: FEL TEMP REPARATIO E / RP

## **DESCRIÇÃO E DECODIFICAÇÃO DA ICONOGRAFIA**

No anverso aparece o busto de Constâncio, seu nome (*Constâncio*). Face voltada para à direita. O lado direito da moeda encontra-se pouco legível. No reverso, Constâncio em pé à esquerda. O símbolo cristão de Constantino, XP, surge acima do ombro esquerdo do Imperador, no estandarte. Encouraçado, de uniforme militar, com o *labarum* na mão esquerda, e um globo (símbolo do poder e do Império), a direita com o pássaro fênix acima do globo. À direita, a representação da Vitória, de joelhos, em um barco, guiando o soberano. No exergo ou linha de terra, RP, referente a primeira casa de cunhagem de Roma. Peça de bronze, estado de conservação muito bem conservada (MBC), de diâmetro de 2.5mm, peso de 4,64g, alto reverso 6 horas.

Notamos também o reaparecimento, muito mais tarde, dessa influência nas moedas cunhadas durante o reinado de dom Manuel I (1469-1521), rei de Portugal. Nas peças aparecem o símbolo cristão de Constantino, uma letra X, virada transversalmente e cuja a ponta superior era inflectida (presente no *labarum* imperial de Constâncio: P), acompanhado da frase: *IN HOC SIGNO VINCES (POR ESTE SINAL VENCERÁS)*.

É importante ressaltar que os símbolos cristão surgem nas moedas de Constantino, a partir do ano de 315, sendo assimilado aos cristãos.

Novas inovações surgem durante o governo de Juliano II, o apóstata (332 – 363). O imperador segue o padrão da reforma de 348. Cunha moedas com a legenda SECVRITAS REIPVB, tendo o touro, símbolo da sacrifício a Mitra, religião de mistérios que Juliano era iniciado, como representação principal.

Não é nossa intenção analisar os fatores que fortaleceram a conversão de Constantino, se foi a revelação divina que nos narram os

historiadores cristãos, diante da ponte Milvia, ao norte de Roma, à espera do exército de Maxêncio, ou simplesmente um frio cálculo de oportunismo político. Mas o que devemos deixar claro é que a tolerância, herança de seu pai Constâncio Cloro, para muitos chefes é a única solução. Mesmo Galério, irredutível adversário do cristianismo, aceitou este ponto de vista. Alguns dias antes de sua morte, gravemente enfermo, na primavera de 311, publicou o Edito de Tolerância, reconhecendo o malogro da perseguição. Tal edito nunca foi ab-rogado.

No início de 313, antes de entrar em campanha contra Maximino Daia, que não era favorável à tolerância aos cristãos no Oriente, Licínio encontrou-se com Constantino, já senhor do Ocidente, em Milão. Dessas conferências resultaram, ao menos, algumas instruções, às quais podemos manter, por convenção, o nome tradicional de Edito de Milão.

Funari define essa suposta conversão de Constantino como um jogo político. Segundo o autor:

“(...) Assim o imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado Edito de Milão, em 313, liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo imperador, procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembléia da qual participavam os principais padres cristãos. Nos Concílios foram discutidos as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas idéias. Antes de morrer, o imperador resolveu batizar-se também.” (FUNARI, 2002, p. 131).

Após derrotar a Licínio que, por sua vez, tornara-se perseguidor, em 324, Constantino procurando tranquilizar os pagãos do Oriente, reafirmou a

tolerância religiosa. Eusébio de Cesaréia, em sua obra *De Vita Cosntantini*, além de mudar a sua opinião sobre Licínio, pois, antes dessa perseguição promovida pelo então senhor do Oriente, o havia elogiado em seus escritos, sublinha esta política constantiniana (EUSÉBIUS. V.7. LIB. 1.1902: 21).

Seria exagero falarmos de uma perseguição ao paganismo, mas Constantino proibiu certos sacrifícios. O domingo tornou-se o dia de repouso legal, interditando-se a realização de qualquer ato oficial, exceto a alforria de escravos. Os bispos conseguem o direito de jurisdição sobre os membros do clero, e sua arbitragem foi reconhecida como inapelável para os processos civis entre os leigos. Existe um desejo de fazer da Igreja um organismo oficial, de associá-la à vida e ao funcionamento do Estado.

O paganismo, entretanto, ainda conservava posições muito sólidas. Em sua grande maioria, o exército ainda lhe era fiel. Geralmente, os “mistérios de Mitra”, um dos mais importantes cultos de mistérios, que prometia a imortalidade aos iniciados, eram adotados pelos soldados. Tanto que Juliano, quando foi iniciado nestes mistérios por Máximo de Éfeso, se faz acompanhar por dois membros da sua escolta que respeitassem e acreditassem em tal culto. Na ocasião, o futuro imperador ainda estava sob o cetro de Constâncio. Grande parte dos intelectuais com um certo renome eram pagãos, como Libânio, muito requisitado por alunos pagãos (Juliano), como também por cristãos (Gregório de Nissa, Gregório Nazianzo, João Crisóstomo). E, principalmente em Roma, eram também pagãs as antigas famílias senatoriais, de riqueza considerável e que forneciam importantes funcionários ao império. Apesar disto, salvo alguns breves interlúdios, a autoridade, a partir de Constantino, sempre esteve nas mãos dos cristãos. Momigliano acrescenta, ainda, que a tentativa de renascimento pagão chegou tarde, e desapareceu muito rapidamente para que tivesse êxito (MOMIGLIANO, 1988, p. 79).

Alguns imperadores voltaram à ideia de tolerância. Valentiniano I e seu irmão Valente proclamaram-na numa lei de 364, renovando-a sete anos mais tarde. Nesse caso, o imperador ainda mantém o título de sumo-pontífice, numa tentativa de melhor vigiar e controlar o paganismo. Teodósio foi o primeiro que não o assumiu, por ocasião de seu advento, afirmando assim a separação entre o Estado e aquilo que Maximino Daia e Juliano haviam procurado organizar como Igreja pagã, dotada de uma hierarquia sacerdotal. Já Constâncio II mandara retirar da sala das sessões do senado romano o altar colocado diante da estátua da Vitória, no qual os senadores pagãos queimavam alguns grãos de incenso; Juliano o havia restabelecido, mas voltou a desaparecer em 382 e, a despeito de inúmeros protestos, só iria reaparecer, de maneira efêmera, no tempo, de Eugênio (392-394). Apesar disso, o símbolo da Vitória, uma mulher alada e, em alguns casos, de dorso nu, foi muito representado nas peças de vários imperadores, tanto cristãos, como Constâncio, quanto pagãos, como Juliano.

O grande golpe dado no paganismo foi o estrangulamento econômico, por meio de confiscos, interdição de sacrificar, de consultar oráculos, de visitar templos, ou seja, do que lhe proporcionava rendimentos ocasionais. Aliado a promulgações de leis violentas e precisas, como a de 356, na qual era proibido, sob pena de morte, celebrar sacrifícios, adorar os ídolos, entrar nos templos. Mas coube a Teodósio, em 392, promulgar uma lei que, finalmente aplicada com rigor, continha minuciosas especificações, atingindo com pesadas multas os recalcitrantes e os funcionários negligentes, proibindo qualquer ato do culto, embora não sangrento, mesmo no interior das casas e propriedades privadas. Assim sendo, o já alquebrado paganismo irá desaparecer, praticamente, nos séculos vindouros.

Com o apoio do braço secular, a Igreja tratou de eliminar os seus inimigos internos, os heréticos. Para isto, foram realizados vários concílios, desde o reinado de Constantino numa tentativa de definir uma ideologia a ser seguida. Neles, a intervenção do imperador em defesa de um ou outro bispo era comum. Podemos citar, por exemplo, o antagonismo existente entre os irmãos Constâncio, ariano, e Constante, defensor do Credo de Nicéia. Com a morte deste, Constâncio impõe a sua vontade nos Concílios de Arles (353) e Milão (355), condenando os nicenianos de Atanásio.

Podemos dividir essa querela em dois grandes grupos: o dos nicenianos, ou homoousianos, que acreditavam na consubstancialidade entre pai e filho; e os arianos, partidários da doutrina defendida por Ário, que, por sua vez, dividiam-se em três grupos: os moderados ou homoiousianos, que acreditavam numa similitude substancial, os homeos, segundo os quais não existia similitude substancial; mas todas tinham em comum, a diminuição da divindade de Jesus Cristo. Já os radicais ou anomeos, indiretamente, negavam a divindade de Cristo. Juliano, numa tentativa de enfraquecer o cristianismo, irá chamar os nicenianos exilados por Constâncio, restituindo seus antigos bispados. A esperança do rei-filósofo era que as discussões recomeçassem, desestruturando os *galileus*. Ambrósio, bispo de Milão no governo de Teodósio, iria atrair os arianos moderados para o Credo de Nicéia.

Concordamos com Rémondon, o qual afirma que desde o Concílio de Sirmio (351), ocorrera uma anarquia teológica (RÉMONDON, 1973, p. 79); o que, fica bem claro através da citação de Hilário de Poitiers, contemporâneo dos fatos, niceniano exilado por Constâncio, ao dar a sua visão geral das controvérsias: “Cada ano, cada mês, damos uma nova definição da fé”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão política, permeada de religiosidade e misticismo, manteve-se no reinado. O caso mais evidente de auto-afirmação política foi comprovado através da emissão de numerosas séries monetárias com representações da *victoria*, e mais geral, com os tipos militares. Por outro lado, as representações religiosas nas moedas que analisamos são tão importantes quanto as profanas, embora menos numerosas: havia um interesse de Constâncio II em propagar o cristianismo ariano, do qual era adepto.

A cunhagem monetária associada ao retrato e à propaganda configurava dois aspectos intimamente ligados em Roma. As moedas, por sua vez, associavam-se a um e a outro, também em forma muito íntima. Elas não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos e eventos que chegaram até nós sem seu contexto original, como são de grande valia na nossa compreensão das imagens que contêm.

Assim, associando-se à Igreja, o Estado penetrou nas querelas religiosas e a história do século IV mostra uma sociedade que, submetida a esses acontecimentos, aumentou as perturbações que agitavam o império.



Denominação: AR Siliqua  
Ano / Local: cunhada entre 347-348 em Arles.  
Anverso: CONSTANTIVS PF AVG  
Reverso: VICTORIAE DD AVGGQ NN / PARL

## **DESCRIÇÃO:**

No averso aparece o busto de Constâncio II, seu nome (*Constâncio*) e título (*Augusto*). Face voltada para à direita, com o diadema e a púrpura. Segundo Gomes Marques, Frère, Orlandoni e Brunn, a representação do diadema imperial nas moedas era muito comum nas cunhagens orientais. Inscrições pouco nítidas. No reverso, a imagem de dois símbolos da Vitória Romana (uma de frente para outra), com elmo, escudo, segurando um objeto nas mãos. A base, no exergo ou linha dde terra, encontra-se PARL, primeira casa de cunhagem de Arles, atual França. Inscrições pouco legíveis. Podemos encontrar em outras variantes uma coroa, palma, estrela, dentro do campo. E ainda os monogramas C, D, F, M, P, S, T, HR, MA, ME. Em alguns casos a Vitória é representada de forma alada. Peça de bronze, estado de conservação regular (R), de diâmetro de 1.42 mm, peso de 1.46g, alto reverso 12 horas.

## **AGRADECIMENTOS:**

Aos colegas do Centro do Pensamento Antigo, em especial ao amigo e mentor Pedro Paulo Funari pela oportunidade de trocarmos ideias, a Margarida Maria de Carvalho, Ciro Flamarion Cardoso (In Memoriam), Norma Mendes, Maria Beatriz Florenzano. Apoio institucional da FAPEMIG, CAPES e Universidade Federal de Alfenas.

A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

## FONTES NUMISMÁTICAS

Moedas dos Imperadores Constantino I, o grande e Constâncio II. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Medalheiro 3, gaveta 19, lâmina 3, fotografadas em março de 2005.

## FONTES IMPRESSAS

AMMIANO MARCELLINO. *Delle Guerre di Romani*. Tradotto per M. Remigio Fiorentino. Venetia: Apresso Gabriel Giolito de Ferrari, 1550.

EUSEBIUS PAMPHILI, Bispo de Cesaréa. *De Vita Constantini*. V. 7. Lib. I. Leipzig: Texto da Edição I. A. Heikel, 1902.

LACTÂNCIO. *De Mortibus Persecutorum*. Paris: Ed. J. Moreau, 1954.

ZÓSIME. *Histoire Nouvelle*. III. 18. éd. Paris: F. Paschoud, 1979.

## CATÁLOGOS

MUSEU NACIONAL D'ARTE DE CATALUNYA. Guia del Gabinet Numismàtic de Catalunya. Dirigida por Marta Campo. Barcelona: MNAC, 2007.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.

## REFERÊNCIAS

BASTIEN, Pierre. HUVELIN, Hélène. *Trouvaille de Folles de la Période Constantienne (307-317)*. Belgique: Éditions Cultura Wetteren, 1969.

BRUUN, Patrick. *Studies in Constantinian Numismatics*. Papers from 1954 to 1988. Acta Instituti Romani Finlandiae. V. 12. Rome: Illus, 1991.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *As Fortificações e Constâncio II*. In: Revista do Clube da Medalha. Ano XII. N. 24. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 2003.

DEPEYROT, G. *Economie et Numismatique (284-491)*. Paris: Errance, 1987.

- DODDS, E. R. *Paganos y Cristianos en una Epoca Augustia*. Madrid: Cristiandad, 1975.
- CARVALHO, Margarida Maria de. *Gregório de Nazianzo e a Polêmica em Torno da Restauração Pagã de Juliano*. In: SILVA, Gilvan Ventura. MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu e CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Coleção Textos Didáticos n. 62. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada*. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Saggi Di Storia Della Religione Romana*. Studi e lezioni 1983-1986. A cura di Riccardo Di Donato. Prima edizione. Brescia: Morcelliana, 1988.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de Historiografia Antigua y Moderna*. México: FCE, 1993.
- NOGUEIRA, Paulo. *Breve História das Origens do Cristianismo*. São Paulo: Editora Santuário, 2019.
- O'CONNOR. *Paulo de Tarso - história de um Apóstolo*, volume 3: São Paulo/ Paulus Editora, 2010.
- RÉMONDON, Roger. *La Crisis del Imperio Romano*. De Marco Aurelio a Anastasio. Segunda Edición. Barcelona: Editorial Labor, 1973.
- VASCONCELLOS, Pedro Lima; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Paulo de Tarso. Um apóstolo para as nações*. São Paulo: Editora Paulus, 2013.